

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATA

1.1 – 18ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura

2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/3/2021

Presidência do Deputado Doutor Jean Freire

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios nºs 670 a 681/2021 – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.552, 2.554, 2.555 e 2.557/2021; Requerimentos nºs 7.540 a 7.544 e 7.546 a 7.549/2021 – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Arlen Santiago, Alencar da Silveira Jr., João Leite e Carlos Pimenta e da deputada Ana Paula Siqueira – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Votação de Requerimentos: Requerimentos nºs 150, 377 e 544/2019; aprovação – Requerimento nº 720/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 782/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 819/2019; aprovação – Requerimento nº 930/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimentos nºs 4.638, 4.754, 4.809 e 6.799/2020 e 7.328/2021; aprovação – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Repórter Rafael Martins – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– A deputada Leninha, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Tadeu Martins Leite, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO Nº 670/2021**(Correspondente ao Ofício nº 043/201 – GPB)**

Barbacena, 9 de março de 2021.

Assunto: Declaração de estado de calamidade pública.

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, utilizamo-nos do presente, tendo em vista o disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, para informar que este Município de Barbacena decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 8.804, de 4/1/2021, visando a adoção de medidas emergenciais de enfrentamento à pandemia Covid-19.

Desse modo, submetemos o Decreto acima referenciado (cópia anexa), visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Contando com a usual atenção por parte de V. Exa., antecipamos nossos agradecimentos e renovamos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Carlos Augusto Soares do Nascimento, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 8.804/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/551/818/1551818.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 671/2021**(Correspondente ao Ofício nº 06/2021)**

Barroso, 6 de janeiro de 2021.

De: Gabinete do Prefeito

Para: Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos informar que o Município de Barroso, por meio do Decreto Municipal nº 4.300 de 4 de janeiro de 2021, cuja cópia segue anexa, prorrogou o prazo de vigência do Estado de Calamidade Pública, decretado em 2020 no âmbito de seu território.

Tal medida objetiva manter a adoção de medidas emergenciais necessárias ao enfrentamento da pandemia do Covid-19, sem ofensa aos diversos comandos legais aplicáveis à administração pública.

Conforme se verifica nas publicações oficiais e mídias nacionais, a pandemia em decorrência do Covid-19 está ativa e o número de casos aumentando cada dia mais, sendo fundamental a atuação do poder público para evitar a disseminação do vírus e mitigar os seus efeitos sociais e econômicos.

Várias regiões de Minas Gerais, incluindo a Centro-Sul em que este Município está inserido, regrediram a onda vermelha do Minas Consciente, conforme se verifica nas últimas deliberações do Comitê Extraordinário Covid-19, ante os avanços dos casos de infecção no Estado.

Portanto, submetemos o supracitado decreto de prorrogação ao legislativo estadual, visando a ratificação de nosso instrumento normativo, para os fins dispostos no art. 65, da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (LRF).

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Anderson Geraldo de Paula, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.300/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/551/819/1551819.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 672/2021

(Correspondente ao Ofício 730/2021)

Campo Florido, 12 de março de 2021.

Medidas de enfrentamento pandemia Covid-19 – Solicita prorrogação situação de calamidade pública.

Excelentíssimo Senhor Deputado Agostinhos Patrus, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais,

Cumprimentando-os cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei Responsabilidade Fiscal) informar que, devido ao cenário pandêmico o Município de Campo Florido, prorrogou o estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 038, datado de 11 de março de 2021.

Para tanto, submetemos o supracitado decreto municipal, cópia e extrato de publicação em anexo, ao egrégio Poder Legislativo Estadual visando à ratificação do mesmo.

Sem mais para o momento, esperamos contar com o costumeiro apoio, pois acreditamos na parceria entre o Poder Executivo Municipal e o Poder Legislativo Estadual.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência e aos dignos Deputados nossos protestos de apreço e consideração, estando sempre a disposição.

Atenciosamente,

Renato Soares de Freitas, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 038/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/551/491/1551491.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 673/2021

(Correspondente ao Of. Gab. do Prefeito nº 113/2021)

Carandaí, 17 de março de 2021.

Assunto: Solicitação de Prorrogação de prazo de Estado de Calamidade Pública, nos termos do artigo 65, *caput*, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, servimo-nos do presente para informar a Vossa Excelência que o Município de Carandaí prorrogou, até 30/6/2021, o estado de calamidade pública por meio do Decreto Municipal nº 5.565, em decorrência da Pandemia do Coronavírus (Covid-19). Dessa forma, para fins de aplicação do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, submeto o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Por certo, vemos assombradamente os lastimáveis efeitos da pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19), assim reconhecida pela Organização Mundial de Saúde e, internamente, pela Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde.

A pandemia provocada pelo Coronavírus tem colocado em risco o sistema de saúde e se medidas e investimentos não forem continuados teremos reflexos de toda ordem na prestação dos serviços essenciais aos cidadãos, devendo o Poder Público adotá-las independentemente dos rígidos cabrestos impostos pelas normas vigentes de direito administrativo, orçamentário e financeiro.

Frente ao exposto, registramos que, o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência de calamidade pública com efeitos até 30 de junho de 2021, em função da pandemia do Coronavírus, será importante medida para propiciar ao Município de Carandaí resposta aos inúmeros desafios que se apresentam.

Tal autorização permitirá ao ente público municipal se valer do que dispõe o art. 65, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o art. 167, § 3º, da Constituição Federal de 1988, o art. 59, § 3º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como para dispensá-lo de atingir os resultados fiscais previstos na Lei nº 646/19 (LDO) e para os fins do disposto nas hipóteses de dispensa previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contando com a atenção de V. Exa. digníssimo presidente dessa Nobre Casa, aproveitamos a oportunidade para apresentar nossos cumprimentos.

Atenciosamente,

Washington Luís Gravina Teixeira, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 5.565/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/551/821/1551821.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 674/2021**(Correspondente ao Ofício nº 15/2021)**

Catuti, 23 de fevereiro 2021.

Ref.: Encaminha Decreto Municipal que prorroga Estado de Calamidade para reconhecimento – art. 65 – LRF.

O Município de Catuti, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.502/0001-36, com sede na Praça Pres. Vargas, nº 01, centro, Catuti, CEP: 39.526-000, por seu representante legal *in fine* firmado, vem à presença de V. Exa., em atenção ao disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, informar que fora editado o Decreto Municipal nº 35, de 11 de janeiro de 2021, que prorroga a vigência do Estado de Calamidade no âmbito do município de Catuti, decorrente da Pandemia Covid-19, declarado através do Decreto Municipal de nº 159, 8 de abril de 2020, já reconhecido por esta Casa de Leis por meio da Resolução nº 5.550, de 4/6/2020.

Para tanto submetemos o decreto em epígrafe a esta e. Assembleia Legislativa, visando a ratificação de dito instrumento normativo, na forma do art. 65 da LRF, para que surta seus efeitos legais.

Sendo o que há para o momento, despedimo-nos, renovando votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Delermundo do Nascimento França, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 35/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/551/822/1551822.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 675/2021**(Correspondente ao Ofício: 050/2021)**

Extrema, 10 de março de 2021.

Assunto: Encaminha Decreto Municipal de Calamidade Pública – Extrema.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do

Estado de Minas Gerais – ALMG,

Cumprimentando-o cordialmente, com fundamento no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), valemo-nos do presente para informar a Vossa Excelência que o Município de Extrema decretou Estado de Calamidade Pública, por meio do Decreto Municipal nº 3.969, de 10 de março de 2021, tendo em vista o recrudescimento da doença infecciosa viral (Covid-19), visando reforçar as medidas emergenciais de enfrentamento à pandemia.

Para tanto, submetemos o supracitado Decreto Municipal, cuja via digitalizada segue em anexo, ao Legislativo Estadual, visando a Ratificação de nosso instrumento legal por esta augusta Assembleia Legislativa.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer informações complementares que se fizerem necessárias.

Aproveito a oportunidade para reforçar meus votos de estima e consideração.

João Batista da Silva, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.969/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/551/823/1551823.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 676/2021

(Correspondente ao Ofício nº 29/GAB/PML/2021)

Lamim, 15 de março de 2021.

Assunto: Solicitação de Prorrogação de prazo de Estado de Calamidade Pública, nos termos do art. 65, *caput*, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para informar a Vossa Excelência que o Município de Lamim prorrogou, até junho de 2021, o estado de calamidade pública por meio do Decreto Municipal nº 02 de 11 de janeiro de 2021, em decorrência da Pandemia do Coronavírus (Covid-19).

Dessa forma, para fins de aplicação do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, submeto o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Por certo, vemos assombradamente os lastimáveis efeitos da pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19), assim reconhecida pela Organização Mundial de Saúde e, internamente, pela Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde.

A pandemia provocada pelo Coronavírus tem colocado em risco o sistema de saúde e se medidas e investimentos não forem continuados teremos reflexos de toda ordem na prestação dos serviços essenciais aos cidadãos, devendo o Poder Público adotá-las independentemente dos rígidos cabrestos impostos pelas normas vigentes de direito administrativo, orçamentário e financeiro.

Ante o exposto, registro que, o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência de calamidade pública com efeitos até junho de 2021, em função da pandemia do Coronavírus, será importante medida para propiciar ao Município de Lamim resposta aos inúmeros desafios que se apresentam.

Atenciosamente,

João Odeon de Arruda, prefeito municipal interino.

DECRETO MUNICIPAL Nº 02/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/551/897/1551897.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 677/2021

(Correspondente ao Ofício nº 042)

Morro da Garça, 16 de março de 2021.

Assunto: Encaminhamento/Faz

Serviço: Gabinete

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Como é do conhecimento de todos, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, para que possam valer as suspensões de seus limites e prazos, os decretos municipais de calamidade devem ser endossados pela Assembleia Legislativa.

Com efeito, é importante informar que o nosso Município de Morro da Garça possui 2.684 habitantes (urbano/rural), sendo que hoje contamos com 80 casos de isolamento social; sendo 24 (vinte e quatro) positivo com exame médico e 56 (cinquenta e seis) com contato direto, conforme boletins em anexo.

Assim sendo, não obstante o nosso Decreto Municipal de Calamidade Pública em virtude da Covid-19 está em vigência, faz-se necessário à aprovação desta Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Diante de tais considerações, requeremos o endosso desta Assembleia Legislativa, para o enfrentamento da Covid-19.

Na oportunidade, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Márcio Túlio Leite Rocha, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.409/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/551/830/1551830.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 678/2021

(Correspondente ao OFÍCIO-GABINETE-074/2021)

Nova Serrana, 11 de março de 2021

Prezado Deputado,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município de Nova Serrana prorrogou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 119/2020, de 31 de dezembro de 2020, para a adoção de medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto, submetemos o supracitado Decreto, cópia anexa, ao Legislativo Estadual visando à ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Euzébio Rodrigues Lago, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 119/2020

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/551/831/1551831.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO N° 679/2021**(Correspondente ao Ofício n° 006/2021)**

Padre Carvalho, 16 de março de 2021.

Assunto: Encaminhamento do Decreto de Manutenção de Estado de Calamidade Pública.

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) informar que o Município de Padre Carvalho, decretou estado de calamidade pública através do Decreto Municipal n° 348, datado de 13/3/2020, 349 de 18/3/2020, 350, de 23/3/2020 e 351 de 30/3/2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto encaminhamos cópia em anexo do novo Decreto Municipal n° 408, de 3 de março de 2021, visando a ratificação de nosso instrumento normativo pelo legislativo estadual.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Sem mais, nos colocamos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

José Nilson Bispo de Sá, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL N° 408/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/551/832/1551832.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO N° 680/2021**(Correspondente ao OFÍCIO/GAB/PREF/N° 53/2021)**

Piedade dos Gerais, 8 de março de 2021.

Exmo. Sr. Presidente,

O Chefe do Executivo Municipal de Piedade dos Gerais, infra-assinado, informa a V. Exa. que decretou estado de calamidade pública no município de Piedade dos Gerais, por meio do Decreto Municipal n° 18 de 8 de março de 2021, em decorrência da pandemia da Covid-19.

Desse modo, encaminho a V. Exa. o supracitado decreto visando a ratificação do instrumento normativo por essa Assembleia Legislativa, para fins do disposto no art. 65, da Lei Complementar n° 101/2000.

Nesse ensejo, apresento a V. Exa. manifestação de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Daniel Maurício Reis, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL N° 18/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/550/700/1550700.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 681/2021**(Correspondente ao Ofício/Gab. nº 45/2021)**

Sarzedo, 5 de março de 2021.

Assunto: Prorrogação de prazo do decreto de calamidade pública.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, venho diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de responsabilidade Fiscal) informar que o Município decretou a prorrogação do estado de calamidade pública através do Decreto Municipal nº 1.388/2021, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado decreto, cópia em anexo, ao legislativo estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Marcelo Pinheiro do Amaral, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.388/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/550/920/1550920.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.552/2021

Dispõe sobre a preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica e de abastecimento de água e esgotamento sanitário em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (Covid-19).

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica vedado o corte nos serviços de distribuição de energia elétrica e de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por falta de pagamento, para os consumidores situados nos municípios do Estado de Minas Gerais incluídos nas ondas vermelha e roxa do Minas Consciente, enquanto durarem as restrições as atividades econômicas e o isolamento social.

Art. 2º – Vencido o prazo das restrições impostas oficialmente pelo estado, o consumidor inadimplente poderá negociar o pagamento das faturas vencidas, sem acréscimo de multa e juros de mora, em até 6 (seis) parcelas.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2021.

Ulysses Gomes, líder da Minoria (PT).

Justificação: Considerando a necessidade de adoção de medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição água e de fornecimento de energia elétrica, em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus e considerando as dificuldades econômicas enfrentadas por milhares de consumidores devido as restrições de funcionamento impostas pelas medidas de isolamento social, em especial naqueles municípios incluídos nas ondas vermelha e roxa do Minas Consciente, é urgente a determinação para que as concessionárias atuantes no estado garantam o fornecimento, ficando vedado o corte do fornecimento de água e de energia elétrica por falta de pagamento, enquanto vigorar as medidas de isolamento social decretadas oficialmente pelo governo do estado.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Cleitinho Azevedo. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.590/2020, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.554/2021

Estabelece diretrizes para a Campanha Estadual de Vacinação da Covid-19 e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a implementar a Campanha Estadual de Vacinação da Covid-19, seguindo as diretrizes para a imunização da população no âmbito do estado de Minas Gerais.

Art. 2º – A Secretaria de Estado de Saúde publicará periodicamente nos seus sítios institucionais na internet a relação do quantitativo de vacinas adquiridas ou recebidas pelo estado, o laboratório de origem, os custos despendidos, os grupos elegíveis e o município onde ocorreu ou ocorrerá a imunização, a informação e o percentual sobre o atingimento da meta de vacinação, bem como os dados sobre a aquisição, o estoque e a distribuição dos insumos necessários à aplicação das vacinas.

Art. 3º – Fica o poder Executivo autorizado a adquirir vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil dado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de acordo com a Lei Federal nº 14.125/21.

Art. 4º – A Secretaria de Estado de Saúde elaborará e implementará o Plano Estadual de Imunização para a Covid-19 no prazo máximo de 30 dias após a publicação desta lei, que deverá obedecer as seguintes diretrizes:

- I – critérios de priorização da imunização baseados em evidências científicas e em critérios sanitários e sociais;
- II – previsibilidade de recursos operacionais e financeiros para aquisição, distribuição e aplicação das doses vacinais;
- III – proteção da integridade do sistema de saúde e infraestrutura para a continuidade dos serviços de saúde;
- IV – redução da morbidade e mortalidade graves associadas ao Covid-19 protegendo as populações de maior risco;
- V – diminuição da transmissão da infecção na comunidade e a busca por imunidade coletiva através da imunização;
- VI – priorizar a vacinação de:
 - a) Profissionais que atuam nos serviços e no sistema de saúde;
 - b) Pessoas com 60 anos ou mais, institucionalizadas;
 - c) Pessoas de 80 anos ou mais;
 - d) Pessoas de 75 a 79 anos;
 - e) Pessoas de 70 a 74 anos;
 - f) Pessoas de 65 a 69 anos;
 - g) Pessoas de 60 a 64 anos;

- h) Pessoas com comorbidades;
- i) Trabalhadores de força de segurança e salvamento;
- j) Profissionais do sistema de segurança pública;
- k) Profissionais do sistema socioeducativo;
- l) Profissionais do sistema educacional;
- m) Trabalhadores educacionais e da Assistência Social (CRAS, CREAS, Casas / Unidades de Acolhimento);
- n) Pessoas privadas de liberdade;
- o) Pessoas com deficiências institucionalizadas;
- p) Pessoas com deficiência permanente severa;
- q) Profissionais do sistema de limpeza urbana;
- r) Profissionais do sistema de mobilidade urbana pública.

VII – Transparência;

VIII – Garantia de vacinação prioritária em áreas vulneráveis e de grande densidade demográfica.

Art. 5º – O Poder Executivo fica autorizado a elaborar uma campanha de publicidade institucional, em até 30 dias a partir da data de publicação desta lei, com o objetivo de:

- I – Publicizar os benefícios da vacinação;
- II – ofertar conhecimento técnico e científico a população sobre a segurança da vacinação;
- III – combater a disseminação de notícias falsas e imprecisas sobre este tema.

Art. 6º – Fica autorizado o Poder Executivo autorizado a abertura de crédito extraordinário no orçamento financeiro de 2021 destinadas ao cumprimento das medidas desta lei enquanto perdurar o Decreto de Calamidade Pública em decorrência da pandemia do Covid-19.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de março de 2021.

Zé Reis (Pode)

Justificação: Em decorrência da pandemia de Covid-19, o Brasil e o Estado de Minas Gerais necessitam de adotar medidas eficazes para o combate a proliferação do vírus SARS-Cov-2, principalmente com a vacinação em massa de seus habitantes. Assim, é importante estabelecer também fases e prioridades de vacinação, a fim de que o Estado possa se programar para a execução destas medidas emergenciais.

O objetivo deste projeto de Lei é estabelecer diretrizes para que sejam cumpridas as medidas de imunização em todo o Estado, além da aquisição de vacinas por parte do Estado para uma maior celeridade na imunização de toda a população do Estado.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Delegada Sheila. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.121/2020, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.555/2021

Estabelece que os Militares Estaduais terão prioridade nos processos de imunização contra a infecção causado pelo SARS-CoV-2 (Covid-19).

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os Militares Estaduais terão prioridade em receber as vacinas destinadas a imunizar a população do Minas Gerais contra a infecção causada pelo SARS-CoV-2 (Covid-19).

Art. 2º – Os recursos necessários para a consecução dos objetivos desta lei correrão por meio de dotação orçamentária própria.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de março de 2021.

Zé Reis (Pode) – Zé Guilherme (PP) – Coronel Henrique (PSL).

Justificação: A presente proposta tem o intuito incluir os Militares do Estado de Minas Gerais no rol dos profissionais prioritários na vacinação do Covid-19 no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Diante da exposição excessiva ao Covid-19 em que os Militares se colocam, e levando em consideração o atual momento de pandemia do Covid-19, e que as atividades militares, órgãos essenciais para a manutenção do equilíbrio social, devem ser portanto os referidos servidores prioritariamente imunizados pela vacina contra a Covid-19.

Por essas razões, solicitamos o apoio nos nobres pares para a aprovação do presente projeto.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Delegada Sheila. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.121/2020, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.557/2021

Declara de utilidade pública a Associação Municipal de Proteção aos Animais de Itamogi – Patinhas Amigas –, com sede no Município de Itamogi.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Municipal de Proteção aos Animais de Itamogi – Patinhas Amigas –, com sede no Município de Itamogi.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de março de 2021.

Cássio Soares, líder do Bloco Minas são Muitas (PSD).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 7.540/2021, do deputado Doutor Paulo, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências com vistas à diminuição da tarifa de energia elétrica e à não aplicação da bandeira vermelha nos

cálculos das contas de energia elétrica, para todos os consumidores do Estado, enquanto durar o estado de calamidade decretado em razão da pandemia de covid-19. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 7.541/2021, do deputado Doutor Paulo, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que conceda diminuição da tarifa de água e esgoto a todos os consumidores do Estado enquanto durar o estado de calamidade decretado em razão da pandemia do coronavírus. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 7.542/2021, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsa-MG – pedido de providências para seja garantido o fornecimento de água por parte das prestadoras de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, vetando-se o corte do fornecimento de água por falta de pagamento, enquanto vigorarem as medidas de isolamento social decretadas oficialmente pelo governo do Estado. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 7.543/2021, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que as distribuidoras de energia elétrica atuantes no Estado observem o disposto no art. 6º, inciso IV, da Resolução Normativa nº 878, de 24 de março de 2020, que autoriza a suspensão da contagem do prazo nonagesimal para a suspensão do fornecimento, de que trata o § 2º do art. 172 da Resolução Normativa nº 414, de 2010, enquanto vigorarem as medidas de isolamento social decretadas pelo governo do Estado. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 7.544/2021, do deputado Doutor Paulo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja concedido tratamento tributário especial aos micro e aos pequenos empresários, bem como aos empresários individuais, com vistas a viabilizar isenções e diminuição de alíquotas tributárias, financiamentos de débitos e linhas de crédito, enquanto durar o estado de calamidade decretado em razão da pandemia de covid-19. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 7.546/2021, do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, à Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. em Curvelo e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que não haja reajuste da tarifa de pedágio no trecho de concessão da rodovia BR-135 entre Curvelo e Bocaiuva, que está previsto para ocorrer em 1º de abril de 2021, tendo em vista a crise econômica causada pela pandemia de covid-19. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 7.547/2021, do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as providências que pretende tomar em relação às negociações, para a compra de vacinas, com o laboratório AstraZeneca, tendo em vista as notícias de suspensão, por 22 países europeus, de sua utilização diante de relatos de formação de coágulos sanguíneos e morte súbita em pessoas que receberam o imunizante. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.548/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja revogado o Memorando-Circular nº 29/2021/SEE/SG, que tem por objetivo orientar os servidores quanto ao disposto nas Deliberações do Comitê Extraordinário Covid-19, nos municípios que estiverem na Onda Roxa. (– À Comissão de Educação.)

Nº 7.549/2021, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à suspensão, em caráter de urgência, do reajuste das tarifas nas cinco praças de pedágios da BR-135, entre Montes Claros e Curvelo, anunciado pela ECO 135, concessionária que administra os trechos da rodovia, para 1º de abril de 2021, considerando-se a crise financeira provocada pela pandemia de covid-19. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 7.550/2021, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja formulado voto de congratulações com a *Folha Machadense* pelos 47 anos de circulação ininterrupta. (– À Comissão de Transporte.)

Oradores Inscritos

O deputado Arlen Santiago – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e povo mineiro. Estamos aqui para falar de dois temas recorrentes e que infelizmente estão aí a cair na cabeça do povo do Norte de Minas. Um deles foi a famigerada privatização feita no governo passado da BR-135, ali da 040 até Montes Claros, para uma empresa chamada EcoRodovias, Eco135. Ela assumiu em 2018, e com uma rapidez enorme, construiu todas as praças de pedágio. Mas foi muito rápido, com muita competência! Ficamos animados porque achamos que ela ia recuperar a pista com a mesma rapidez. O piso da estrada já em 2018, 2019, 2020 e 2021, caminhando para o quarto ano de concessão, está péssimo. Aquele casco de jacaré em todo lugar, muitos buracos, e eles tampando os buracos, como mostra o vídeo que nós fizemos lá na estrada. Jogando uma pазinha de asfalto... E aí nesse período nós apertamos muito, porque estamos sabendo que o contrato já esteve por várias vezes atrasado. E com isso, nós então tivemos aí a execução de 14km...

Está bom. Então, o piso da estrada está péssimo, com buraco, parecendo um casco de jacaré, praticamente nada está feito. Depois de apertarmos muito, fizeram 14km de terceira pista, lá perto de Joaquim Felício, perto de Buenópolis. Vamos dizer que esses 14km de meia pista ficaram caríssimos, caríssimos, e foi gasto o valor de R\$1.000.000,00 por quilômetro de terceira pista, o que vai dar mais ou menos uns R\$14.000.000,00. A nossa Eco135 arrecadou muito, muito, muito mais do que isso. Mas pasmem os senhores: no final de 2023, conforme o contrato, eles têm que estar com 150km de estrada duplicada de Montes Claros a Bocaiúva, de Corinto a Curvelo, de Curvelo até São José da Lagoa e BR-040. Vamos dizer que esses 150km de duplicação de pista fiquem caríssimos, que fiquem por R\$2.000.000,00 o quilômetro, então, 150km seriam R\$300.000.000,00.

Agora, pasmem todos vocês: a Eco135 foi ao BNDES em novembro de 2019 falando que iria gerar emprego e melhorar a qualidade do trânsito na nossa região e tomou um empréstimo a juros subsidiados no BNDES. Esse empréstimo foi de R\$996.000.000,00, em novembro de 2019. Estamos aí com quase um ano e meio, e a Eco135, se já não sacou, pode sacar a qualquer momento quase R\$1.000.000.000,00. E, se ela fizer a duplicação rapidamente, vai diminuir consideravelmente essa nossa contestação do pedágio que foi instituído no governo anterior, que é provavelmente o mais caro do Brasil. Eles estão querendo, inclusive, no dia 1º de abril, aumentar isso aí.

Ontem, tivemos uma reunião com a bancada do Norte da qual participaram o deputado Tadeuzinho Leite, o deputado Carlos Pimenta e a deputada Leninha, e não vamos tolerar isto aí: R\$1.000.000.000,00 em caixa, e não se fez um palmo de duplicação no terceiro ano da concessão.

A ANTT, que fiscaliza os convênios, agora mesmo reduziu um pedágio federal para a metade, porque a empresa não fez o que tinha que fazer, as obras que tinha que fazer. Então aqui, sem sombra de dúvida, a gente quer pedir ao líder do governo Zema para que possa realmente exigir essa fiscalização do DER sobre esse contrato e reduzir o preço do pedágio para a metade, suspendendo o aumento. Isso tudo está sendo colocado no papel para que a gente faça como um pleito do Norte de Minas. Há outros, mas esse é realmente mais urgente.

Nós estamos vendo o que essa companhia fez: provavelmente pegou R\$1.000.000.000,00 do BNDES e falou assim: “Vou passar aqueles mineirinhos trouxas tudo para trás e vou usar esse dinheiro em outras coisas, em outras rodovias que exigem e têm uma fiscalização maior” – uma fiscalização maior dessa empresa, que é uma empresa nacional.

A Eco135 é uma sociedade de propósito específico, e todas as suas ações são da holding, que é a EcoRodovias, de maneira que ela tem um único dono – o controle acionário é da EcoRodovias. Então, ela pode pegar esse dinheiro aqui, provavelmente, e aplicar onde há uma fiscalização mais dura. Então, nós estamos precisando que o DER realmente fiscalize de uma maneira mais correta, que se posicione muito ao lado do povo norte-mineiro, que está pagando o que não tem nessa pandemia que tem dizimado empregos, empresas e principalmente vidas. Nós pedimos essa fiscalização. E vamos colocar aqui que o BNDES pelo menos está emprestando dinheiro agora para ser aplicado no Brasil e não em outros países, como antigamente. Que a gente fiscalize e exija isso.

Estamos numa luta muito grande para conseguir dotar o Norte de Minas de um pouco mais de leitos e respiradores. Nós conseguimos viabilizar... E queremos agradecer muito à Fiemg, que já fez inúmeras doações para o governo de Minas, para muitos hospitais. A Fiemg também agora nos está cedendo mais 10 respiradores. Nós pedimos 1 a mais para Varzelândia, 4 a mais para Brasília de Minas e 5 para Janaúba, que tem dois hospitais, e pode aumentar – o prefeito José Aparecido está querendo realmente enfrentar a questão da Covid, assim como o prefeito Marcos Vinicius. Mas o que está acontecendo? Infelizmente eu preguei no deserto com o ex-secretário Carlos Eduardo. Ele achava que as coisas cairiam do céu e que realmente a gente, só com as orações, resolveria os problemas. Vimos aí o governador Zema querendo, fazendo, buscando; vimos aí o governo federal mandando dinheiro para o Estado, mandando dinheiro para os governos municipais. Em alguns, foi até muito mal aplicado: foi usado, infelizmente, para contratação eleitoral de barreiras que não barravam nada e não fizeram nada, em vez de dotar as cidades de aparelhagem, de leitos. Nós temos de torcer para que a pandemia acabe agora. Mas e se não acabar?

Então, o secretário de Saúde que saiu sabia que lá, em Brasília de Minas, que tem um senhor hospital que atende mais de 35 cidades para evitar que todas as pessoas tenham que vir para Montes Claros, o tomógrafo está há quatro anos quebrado. Falamos várias vezes com o secretário, e, como sempre, ele dava aquela resposta, com aquele tom simples, dizendo que estava tudo bem, que iria ver, que iria fazer. Então, a situação está desse jeito.

Em Salinas, que é uma cidade de mais de 50 mil habitantes e que está lá enfrentando a Covid com muitos leitos, com galhardia da equipe de saúde, como acontece em Brasília de Minas, não há tomógrafo público. Como pode uma região enorme daquela com apenas um tomógrafo no hospital de Taiobeiras? São milhares, são mais de 400 mil habitantes para ficar nas duas principais cidades que têm UTI, que são Taiobeiras e Salinas. Então lá também a gente pedia, mas o secretário fazia aquele ouvido dele, com frequência, de mercador. Também Janaúba é uma cidade-polo, com 70 mil habitantes e dois hospitais. O prefeito Zé Aparecido está juntando esses hospitais, e lá há um tomógrafo velho que fica mais quebrado que funcionando para a população. Então a região tem que pegar a Serra Geral inteira, são mais de vinte municípios, a Covid chegando, e não se consegue fazer uma tomografia.

Nós pedimos ao novo secretário, falamos com ele hoje por telefone, e esperamos que ele realmente aja de modo diferente, como ele próprio se posicionou. É um jovem que está mostrando agora a que veio, nesta crise terrível. Que coloque esses carrinhos de anestesia, porque para que o hospital de Brasília de Minas entube o pessoal, o Hospital Dilson Godinho, de Montes Claros, teve que emprestar um carrinho de anestesia, dava para emprestar sem trazer prejuízo aos pacientes do Hospital Dilson Godinho, mas a gente não consegue mais viabilizar as coisas. Precisamos realmente de uma determinação do governador Romeu Zema e do secretário Fábio Baccheretti, para colocar esses tomógrafos e esses carrinhos de anestesia o mais rápido possível. “Mas para comprar vai demorar aí 30, 40 dias; para acabar de instalar, mais 60 dias”. Que seja, gente! Mas tem que resolver o problema. Vão falar: “Não, não vai resolver o problema de agora”. Mas e o problema daqui há 90 dias, daqui há 120 dias?

A cidade de Urucuia, que fica na divisa com o Noroeste, tem que mandar os seus pacientes para Patos de Minas, às vezes rodando 600 km, 700 km, porque Unaí está completamente sobrecarregada. O presidente da Comissão de Saúde, João Vítor Xavier, sabe que há apenas o tomógrafo de Unaí. E Patos de Minas é uma cidade enorme e atende toda a população de lá, de Patrocínio, lá perto, e de várias outras. Então o prefeito de Urucuia, onde há um hospital que foi construído no seu primeiro mandato, em 1994, que foi todo reformado já no ano passado, construiu uma sala para colocar um tomógrafo. Urucuia fica na divisa com o Noroeste, a 30km de Riachinho, 60km de Bonfinópolis, 100km de Santa Fé, 100km de Brasilândia, 30km de Arinos e 70km de Buritis. Então esse tomógrafo e os respiradores que já estão lá nessa cidade de menos de 20 mil habitantes poderiam ajudar, mas a gente vê que, com uma boa gestão, as coisas caem no lugar, e seria interessante.

Perfeito. Vi também o grito do prefeito Duílio, lá de Sete Lagoas, onde há um grande hospital, com CTI, que é o Hospital Nossa Senhora das Graças, que também não tem um tomógrafo para cuidar desses doentes do CTI e de outros. De maneira que, com

cinco tomógrafos, a gente conseguiria resolver a questão de Sete Lagoas até Espinosa, lá na Bahia, para poder dar maior atenção ao povo de Minas Gerais que tanto está precisando de um carinho e atenção um pouco maiores de nós, políticos, principalmente dos executivos, dos gestores. Muito obrigado.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, um abraço para V. Exa., um abraço para todos os amigos que nos acompanham pela TV Assembleia, TV essa que nós criamos há 24 anos, e uma TV que está mostrando hoje que a gente pode chegar na casa de cada um.

E por falar em TV, Sr. Presidente, eu vou iniciar meu pronunciamento solicitando ao governo que, com urgência, primeiro, dê condição às professoras e àquelas pessoas que estão usando todo o trabalho de internet, ajudando na compra dos materiais. É um fone de ouvido, é uma câmera, é um telefone. O que está acontecendo, presidente? As professoras têm que dar aula hoje, e muitas delas não têm essa condição. Nós fizemos um requerimento solicitando ao governador a aprovação do governo, para que possa beneficiar essas professoras. Professoras essas que estão dando aula e precisam desse material, Sr. Presidente. Então, da mesma forma que nós estamos aqui, em reunião, e temos a condição de ter uma câmera, um tripé, um fone de ouvido, um microfone, está na hora de o governo aparelhar, neste momento, é urgente, as professoras. Eu acho que nós estamos pensando na saúde, e temos que continuar pensando na saúde, mas temos que pensar também na educação dos nossos filhos.

Aí eu quero agradecer muito o apoio que está dando a Abramulti, associação dos provedores de internet, em Minas Gerais, através do Robson, que, mesmo com esta pandemia toda, está trabalhando, está dando crédito, está ajudando. Olhe que não estão cortando aquela pessoa que não está pagando a sua mensalidade de internet, porque sabem perfeitamente a dificuldade que tem cada um de comunicação ao ficar dentro de casa. Ficar dentro de casa e ainda trabalhando sem internet, fica difícil. Então os pequenos provedores, que não são ajudados pelo governo, vamos lembrar, diga-se de passagem, estão pagando para a Cemig ainda R\$15,00, R\$14,00, R\$13,00, para o cabeamento nos postes, enquanto a Oi, a Vivo e a Claro pagam R\$3,00. “Mas a Oi, a Vivo e a Claro são maiores do que os provedores.” Não são, Sr. Presidente. Se juntar todos os provedores, é um número maior de casas, residências e empresas atendidas do que a Oi, a Claro e a Vivo. E é isso que nós temos que fazer. O governo tem que colocar a mão na cabeça e falar o seguinte: “Gente, nós temos que ajudar é agora, porque agora que é a hora mais difícil”.

Sr. Presidente, aproveito este pronunciamento hoje também para fazer aquele apelo que a gente faz à população, a esse pessoal que fica divulgando as mentiras da internet. Fake news, é mentira de internet mesmo, é mentira que é divulgada, por exemplo, mais de 200 pessoas me ligaram e falaram: “Alencar, eu estou sendo multado porque estou andando sem máscara dentro do carro. Olha aqui, eu estou andando sem máscara, porque eu esqueci de colocar a máscara, dentro do carro, e eles estão me multando”. E ainda chega um doido e faz um vídeo falando: “Olha, acabei de ser multado aqui, agora, porque estou andando sem a máscara no carro”. Aí o outro faz uma arte falando: “Você que está andando sem a máscara dentro do seu carro, você está sendo multado aí agora”. Isso é mentira, Sr. Presidente. É maldade. Acho que a mentira da internet, e a internet hoje... Há um ano atrás, eu participava de um congresso mundial, e o problema que a gente tem é justamente este: as fake news e o que está sendo colocado pela internet.

Então eu quero aqui, depois de conversar com o comandante do Batalhão de Trânsito, depois de conversar com o comandante da Polícia Militar, depois de conversar com todos, e consultar a legislação aqui da Casa, dizer que não existe nenhuma – nenhuma – lei municipal, estadual ou federal que obriga a pessoa a usar a máscara de proteção dentro do carro. Essa mesma máscara de que nós fizemos o projeto e fomos referência. É o primeiro projeto de uso de máscara no comércio. Você se lembra, presidente? E todos os deputados aqui se lembram? Foi a Assembleia que aprovou, projeto do deputado Alencar da Silveira Jr. E depois veio o governo federal, e hoje está todo mundo vendo que usar a máscara é importante.

Então, não existe isso. Amigos e amigas, telespectadores da TV Assembleia, no seu carro, vocês não têm necessidade de usar máscara de proteção. No transporte público, aí é diferente, você está usando porque está protegendo a sua vida. O motorista de ônibus está usando porque é motorista de um coletivo. Então, dentro de um ônibus, num serviço de transporte público, dentro de um

trem você vai usar. Você está usando para proteger a sua família; você vai usar para se proteger, para não levar nada de ruim para dentro de casa. Mas, dentro do seu automóvel, do seu veículo, não existe lei nem ninguém que possa multar.

Quero lembrar também, Sr. Presidente, que nós fizemos – peço urgência para a gente começar a votar – um Refis, porque estou recebendo vários eleitores, cidadãos, pessoas que estão assustadas porque os seus carros começam a ser apreendidos. O que acontece? O governo, Sr. Presidente, está cobrando o IPVA passado com juros e correção monetária. Então, temos que fazer esse Refis com urgência. Temos que dar condição para a pessoa retirar o seu carro do pátio; temos que fazer a lei que proíbe a apreensão de carros, de veículos e parar de encher o pátio, Sr. Presidente. Temos que lembrar que está na hora... “Vou cair numa blitz e meu IPVA está atrasado. Então, vou falar: tome o meu cartão de crédito, tome o meu cartão de banco e faça o pagamento. Quero pagar agora”. Isso porque vai ficar mais barato ele pagar do que ter o seu carro rebocado. Há a indústria dos reboques, há a indústria dos pátios. Então, isso nós temos que aprovar aqui, na Assembleia. Voltando os trabalhos nas comissões, nós temos que colocar em votação, com urgência.

Uma coisa pela qual brigo sempre, Sr. Presidente, ao falar desses Refis, são esses cartórios com esses valores abusivos. Tudo caro! Para se ter ideia, no caso de um IPTU atrasado de qualquer residência, se o IPTU custa R\$1.000,00, você tem que pagar, mas não pagou. Ele foi para a dívida ativa, aí você vai correr e pagar o IPTU. Para tirar o nome do cartório, fica em R\$1.500,00, Sr. Presidente. É um absurdo! Não podemos aceitar isso mais. Então faço um apelo para que a gente possa aprovar, com urgência, um projeto que está aqui, na Casa, dando 50% de desconto para quem quer resolver a sua vida nos cartórios. O cartório vai ter que pensar agora o seguinte: “Vamos ter que ajudar também”. Para quem está no sistema, que é só um computador, basta deletar o nome da pessoa lá. O que custa isso? Vai custar 50% do preço atual. Temos que fazer isso com certa urgência, Sr. Presidente. Está na hora de a gente ajudar.

Estou assustado, Sr. Presidente. Estou vendo que, do jeito que está, nós vamos virar uma Venezuela. Nós já estamos acompanhando supermercado sendo saqueado. O cara entra com 10, 20, 30 pessoas, pega o que tem lá dentro e sai correndo. O segurança, a polícia não está conseguindo impedir, e não vai conseguir. Está faltando prato de comida na mesa do mineiro, na mesa do brasileiro. Não adianta, Sr. Presidente, a gente ficar só falando aqui “o governo tem que tomar providência”. O governo Zema, o governo Bolsonaro, está na hora... Se o governador declarou a faixa roxa e ninguém pode trabalhar, está na hora de o governo estadual pensar o seguinte: vamos pegar um pouquinho desse dinheiro aí e colocar a folha em dia. Agora, o que vamos fazer? Em vez de fazer política para fazer obra, fazer aquilo ou fazer aquilo outro, vamos ajudar, vamos dar um auxílio emergencial para essas pessoas. Ou então, governador Zema, amigo do presidente Bolsonaro, está na hora de o senhor bater a mão na mesa e falar o seguinte: “Presidente da República, o meu povo está passando fome. Presidente da República, está na hora de você começar a ajudar. Continue e ajude mais Minas Gerais, senão nós vamos ter um problema sério”.

Sr. Presidente, ontem eu conversei com dois colegas deputados sobre o que recebemos hoje. Estamos com uma dificuldade muito grande em relação a isso. Nós temos um trabalho muito bom no meu gabinete no sentido de ajudar, de auxiliar na saúde. Nós temos funcionários em meu gabinete que ficam por conta de ajudar, de procurar hospitais e tudo mais. Mas hoje isso está difícil. Nós não estamos encontrando... O deputado estadual Alencar da Silveira Jr., toda a população, todos os deputados, nós não estamos conseguindo ajudar. Nós não estamos tendo condição de ajudar, como sempre ajudamos, a área da saúde. Nós temos que pensar nessa questão com urgência, Sr. Presidente, pois a coisa está ficando muito difícil. Estão saqueando o supermercado. Aqui vai virar a Venezuela se a gente deixar. A pobreza está aumentando neste país. A pobreza está aumentando na nossa cidade. Dê uma volta hoje. Está tudo fechado. O comércio está fechado. Veja como está aumentando o número de moradores de rua. Está na hora de o governo fazer alguma coisa.

A Prefeitura de Belo Horizonte está fazendo um programa bacana. A empresa que empregar um morador de rua vai ter uma ajuda em relação ao imposto da prefeitura. Eu quero parabenizar o prefeito. Eu ainda quero falar com o prefeito Kalil. Isso está

ajudando, Kalil? Está na hora de o senhor dar essa missão: se está fechado, o governo de Minas... Governo de Minas, que colocou a linha roxa; Prefeitura de Belo Horizonte, que mandou fechar o comércio, está na hora de pagar o IPTU desse comércio; está na hora de a prefeitura pagar a taxa de fiscalização. Se está fechado, por que a prefeitura vem cobrar a taxa de fiscalização? Está na hora de os prefeitos municipais de todas as cidades ajudarem esse comércio, porque os comerciantes estão quebrando. Os moradores, ou melhor, os trabalhadores estão ficando sem trabalho. É hora de a prefeitura ajudar. “Ah, eles vão pagar no futuro”. Uma hora vão ter que pagar. Então está na hora de canetar: “Olhem, a partir de hoje, nós vamos dar a isenção de todos os impostos, em âmbito estadual e municipal, e vamos dar o exemplo para o presidente da República fazer isso em âmbito federal”. Nós não vamos aguentar, Sr. Presidente. Não dá mais para aguentar. O comércio já não aguenta mais. Então está na hora de dar esse desconto, porque não adianta... “Ah, nós vamos ficar 20 dias fechados, 15 dias fechados”. Mas o IPTU está correndo, está igual a um taxímetro lá; os impostos estão correndo. Há taxa de fiscalização, taxa de incêndio, taxa disso, taxa daquilo. Tudo, o empresário está tendo que pagar. Ou o governo faz agora, caneta agora, dá o exemplo de que quer ajudar, que vai ajudar... Amanhã sai o Kalil; vai ser governador de Minas – eu espero, não é? Aí o outro prefeito que entrar vai dobrar para a população. Aí sai o Zema; vai ser vice-presidente na chapa do Bolsonaro. O Bolsonaro vai dar um vice para Minas Gerais, que vai ser o Zema. Aí o que acontece? O governador que entrar vai dobrar. Então está na hora de o Zema pensar: “Eu vou ser vice-presidente do Bolsonaro. Vou ser candidato a vice-presidente do Bolsonaro. Minas Gerais vai ter um vice-presidente. Bolsonaro, presidente; vice, Zema. Então, eu vou ajudar a população agora”. Não é depois, não, Sr. Zema. Tem que ajudar agora. Vamos colaborar agora.

Vem aí a CPI. Eu falei não é? No dia 29, quando eu denunciei o fura-fila, fiz um requerimento, fui à rádio, fui à televisão. Aqui na Assembleia eu falei: “Gente, estão furando fila”. Ninguém deu atenção. Ninguém falou. “Ah, o Alencarzinho está falando, mas isso não está acontecendo.” Aí estourou tudo isso. Se naquela época, no dia 29 de janeiro, quando eu falei, quando eu denunciei, o secretário tivesse tomando providências, ele não estaria fora do seu cargo hoje. E nessa CPI vai ter que falar para onde foi o hospital de que o Zema falou, o da Gameleira: “Ah, desse aqui eu não gosto, não. Não é muito bom, não”. O Zema falou isso, mas montou. Montou e desmontou. Onde está esse hospital?

Vou falar também do pedágio, inclusive vi o Arlen Santiago falar sobre isso aqui. O Brasil é o único lugar em que você faz uma estrada, gasta o seu dinheiro – dinheiro de quem está me escutando aí agora, você que paga imposto... O governo pega esse dinheiro, constrói uma estrada e depois faz o seguinte: “Tome, iniciativa privada. Tome isso de presente e explore isso aí por 20 anos. Cuide dela e explore”. Sabe o que tem que ser feito? Tem que ser feito o seguinte, o contorno metropolitano que estou brigando por isso há muito tempo...

O presidente – Para concluir, deputado.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Vou concluir. É porque eu não estou vendo o relógio aqui, Sr. Presidente. O senhor acredita? Acho que está faltando também equipar a nossa assessoria. Como eu falo que tem que equipar as professoras, tem que equipar os funcionários também e colocarmos um relóginho aí para que V. Exa. não precise chamar atenção da gente em relação ao horário. Aí no Plenário nós temos horário, mas, aqui, nós não temos. Eu vou concluir.

Do anel rodoviário, Sr. Presidente, eu quero lembrar só de uma coisa a V. Exa. Nós estamos brigando nisso independentemente de partido. Há dois anos eu falo do contorno metropolitano. E o que tem que fazer agora? “Empresário, tome aqui, pode fazer o contorno metropolitano. Faça o contorno e explore-o nos próximos anos”.

Muito obrigado, presidente. Eu quero deixar aqui o meu abraço à Folha Machadense, 47 anos mostrando notícias e mostrando a vida do dia a dia da população de Machado e de todo o Sul de Minas. Parabéns a vocês, da Folha Machadense, que está completando 47 anos. Um abraço, presidente. Obrigado. Eu tinha muita coisa para falar, viu, presidente? Mas vou marcar para a próxima reunião porque olhe aqui: o WhatsApp não para, todo mundo cobrando. Cobram deste deputado e de mais 76 deputados que estão na Assembleia Legislativa trabalhando.

Eu quero parabenizar o nosso presidente, V. Exa. que faz parte da Mesa, e todos os deputados da nossa Casa. Estamos mostrando e dando exemplo para o Brasil inteiro como funciona uma assembleia na pandemia. Muito obrigado.

O deputado João Leite – Sr. Presidente, querido amigo deputado Dr. Jean Freire, queria quebrar o protocolo aqui para agradecer-lhe pela vaga concedida em Teófilo Otôni para uma pessoa lá de Itambacuri, que estava muito mal lá. Muito obrigado, viu? Esse coração aí de médico que atende a todos, não é mesmo? Muito obrigado. Queria também saudar todas as deputadas e todos os deputados. Saudação a todos os servidores da Assembleia Legislativa, especialmente aos que estão presentes aí acompanhando o nosso presidente, Doutor Jean Freire.

A minha manifestação hoje, de alguma forma, é de admiração a todas as deputadas e os deputados. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais criou um marco legal das ferrovias, que tem sido um exemplo para o Brasil. Temos sido procurados permanentemente pelos outros estados, e eu tenho compartilhado o que aconteceu em Minas Gerais com o esforço de todas as deputadas e de todos os deputados. E nós passamos, então, a colher os frutos desse trabalho.

Primeiro, a decisão do presidente Agostinho Patrus de que a Assembleia sairia da discussão da renovação das concessões ferroviárias se não houvesse, em favor de Minas Gerais, um retorno dessas concessões. Foi nesse momento que as próprias empresas resolveram pagar um plano estratégico ferroviário para Minas Gerais. É claro que ele nunca será um plano pronto, porque sempre surgem as sugestões. Especialmente das deputadas e dos deputados espalhados por este continente, que é Minas Gerais, sempre aparece uma nova ideia. E esse plano vai estar sendo sempre melhorado, mas sem nunca ter o seu término.

Hoje ele está na nossa lei orçamentária, está no PPAG, sempre muito bem conduzido pelo deputado Doutor Freire e também está no nosso PMDI – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado –, fruto do marco legal que nós construímos. Até tivemos a oportunidade de ter a Emenda Constitucional nº 105, que autoriza o Estado de Minas Gerais a autorizar – desculpem-me pela redundância – a utilização de linhas que estejam nos limites do Estado de Minas Gerais. É obra nossa, foi desta Assembleia. Por isso a minha admiração a todas as deputadas e os deputados, que deram um grande apoio ao nosso estado com essas iniciativas.

Queria também dizer que, depois de muitas dificuldades, conseguimos fazer o Poder Executivo entender essa importância. O governador Zema, em contato com o ministro da Infraestrutura Tarcísio Freitas, levou as recomendações e as cobranças do Estado de Minas Gerais. Tomei a liberdade, deputadas e deputados, de compartilhar naquela página nossa, na 19ª Legislatura, a carta do governador. O governador está lembrando ao ministro que Minas Gerais... Não podem dizer que Minas Gerais não tem projeto. Nós temos projeto: o Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais. Desse plano estratégico nasceram muitos projetos para Minas Gerais. Ele cobra, então, do ministro a efetiva realização de obras e cobra algo sobre o qual a Assembleia Legislativa o tempo todo falou: os recursos da antecipação da renovação da Vale, da MRS, da VLI e da FCA estão todos indo para outros estados, e nós, com uma demanda imensa em diversas regiões, não ficaríamos com nada. O governador cobrou. Eu estou muito satisfeito com essa iniciativa da Assembleia Legislativa e do Poder Executivo, que entendeu o trabalho desta Casa, das deputadas e dos deputados. Então, o governador cobrou tudo isso.

Hoje, às 11 horas da manhã, ocorreu a reunião do secretário Fernando Marcato com o ministro Tarcísio Freitas, levando as demandas de Minas Gerais. Queria aqui reconhecer o trabalho do secretário Fernando Marcato e, de alguma forma, o apoio dele à retomada ferroviária no Estado de Minas Gerais. É um homem de diálogo, um homem de diálogo que está possibilitando aquele sonho que a Assembleia Legislativa sonhou. Ele está levando à frente esse sonho. Acabei de conversar com o secretário Fernando Marcato. Essa é outra qualidade dele: ele é totalmente acessível. Quando você liga para o secretário Marcato, imediatamente ele atende, responde. Então, é uma satisfação muito grande. Da reunião de hoje, ele levou as demandas, as que estão no Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais, que estão também no trabalho, no relatório final do deputado Roberto Andrade aprovado pelos deputados da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. Ele as levou e está em primeiro lugar, por conta da geração de carga, da ligação de Pirapora com Unai e Luziânia. A ideia é capturar toda a carga que está hoje no Noroeste de Minas Gerais, na região de

Unai, Paracatu, João Pinheiro. Aliás, João Pinheiro constrói agora uma smart city com um grande terminal de carga. E a nossa ideia é capturar essa carga toda da BR-040 e da rodovia que vem do Triângulo Mineiro e que vai até Montes Claros. Nós queremos capturá-la para a ferrovia. O ministro deu sinal verde para essa obra. É justamente na ferrovia que atende o nosso querido Norte de Minas, tão bem representado pela luta de diversas deputadas e deputados do Norte de Minas. Todos eles estão apoiando a retomada ferroviária.

Depois está em segundo lugar o Porto Sul, uma grande luta do deputado Gustavo Mitre e dos deputados do Sul de Minas: Arantes, Dalmo Ribeiro, Professor Cleiton. Todos estão muito envolvidos, assim como o deputado Ulysses. Todos eles estão muito envolvidos na questão do Porto Sul de Varginha, ligando Varginha a Lavras, para essa ligação ferroviária levar todo o café, todos os produtos embarcados em Varginha para o Porto de Santos ou para o Porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro. É importante dizer que hoje, por rodovia, escoam-se 30 mil containers de café e, com a ferrovia, passarão a ser 100 mil containers de café.

Depois nós temos também, em terceiro lugar, algo muito importante para nós, que é a ligação de Grão Mogol a Janaúba – fundamental. Por quê? Nós estamos pensando em mineração em Grão Mogol e região e em uma carga sensacional no Norte de Minas de minerais – sensacional; toneladas e toneladas foram, de alguma forma, vistas pelo trabalho da Fundação Dom Cabral: o Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais.

Queria, por fim, dizer às deputadas e aos deputados que compartilhei – e queria agradecer aqui o trabalho do presidente Agostinho Patrus e da secretária Luíza Homem –, que coloquei na nossa página da legislatura algo que o governador solicitou também ao Ministro Tarcísio – e hoje foi a conversa também do nosso secretário de Infraestrutura Fernando Marcato: justamente os conflitos urbanos. A partir da secretaria, com a participação da superintendente Ferroviária Vânia Cardoso, estamos realizando uma pesquisa de conflitos urbanos, fundamental. Nós estamos falando da renovação da FCA-VLI, que passa por Montes Claros, Janaúba, enfim, por todas as nossas cidades, e é importante elencarmos os conflitos urbanos. Será a da MRS também, então nós vamos ter o levantamento de Juiz de Fora, de Santos Dumont – a MRS atravessa Juiz de Fora por 22 km. Quais são os conflitos urbanos? Então, os prefeitos terão que identificar porque nós vamos cobrar agora, na renovação da MRS e da VLI, o conserto. O que vai ser? Passarela? Viaduto? Túneis? Tem que ser feita alguma coisa para a proteção da população das nossas cidades. Então, peço às deputadas e aos deputados que provoquem os prefeitos para enviarem isso ao secretário Fernando Marcato e à Vânia Cardoso, que está à frente da Superintendência Ferroviária – Superintendência Ferroviária que a Assembleia Legislativa criou na reforma administrativa. Antes, não havia nada sobre ferrovias na infraestrutura do Estado de Minas Gerais. Então peço aos deputados e às deputadas: façam contato com os seus prefeitos para que sejam identificados os conflitos urbanos a fim de que sejam retirados das nossas cidades. Nós temos morte de pessoas, atropelamentos, acidentes de trânsito. É fundamental que façamos esse trabalho, não é?

Eu acho que devo estar chegando ao final da minha fala. Queria agradecer muito, queria continuar junto com vocês, deputadas e deputados, construindo – não é? – essa retomada ferroviária no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado. Obrigado, Doutor Jean Freire. Não citei – e o deputado Doutor Jean Freire, por estar na presidência, não vai me cobrar – Araçuaí a Ponta de Areia, em Caravelas, mas ela está nos nossos planos.

Hoje, eu queria me dirigir diretamente ao deputado Gustavo Santana: o secretário Marcato cobrou a possibilidade da linha ferroviária de carga e turismo de Diamantina a Corinto ou a Curvelo. Isso significa retomar uma linha, que existia antes e que foi perdida, para o transporte de granito e outras pedras ornamentais e também para termos um trem turístico – já imaginaram? – de Corinto à nossa linda Diamantina, a Milho Verde, a Gouveia, enfim, àqueles lugares maravilhosos.

Muito obrigado, deputado Doutor Jean Freire. Espero não ter passado do tempo que estava reservado para mim e prejudicado outros colegas, mas imaginei que seria importante compartilhar com todas as minhas colegas, com todos os meus colegas, que têm me dado um apoio e um carinho muito grande nesse trabalho. Eu sou muito reconhecido. Muito obrigado a todas e a todos.

O deputado Carlos Pimenta – Boa tarde, meu caro amigo Doutor Jean. Em sua pessoa, quero cumprimentar todos os deputados presentes em Belo Horizonte e também os que estão participando remotamente desta nossa importante reunião. Quero cumprimentar os funcionários da Assembleia.

Depois de 28 dias, meu caro Jean, eu volto novamente a usar os microfones da Assembleia, a participar destas reuniões de uma forma mais direta. Tenho participado indiretamente nas votações. Vencida essa etapa da minha vida, vencida essa terrível infecção pela Covid, nós estamos prontos para poder voltar novamente a participar das reuniões e dar a nossa contribuição.

Eu gostaria, neste momento, de dizer que estou absolutamente impressionado com o bombardeio que o governador Zema está enfrentando neste momento por conta do aumento do número de casos, da gravidade da Covid em Minas Gerais. Ele está sendo metralhado de tudo quanto é lado. É o fogo amigo, é o fogo inimigo. São pessoas que cobram posições do governo. Mas, neste momento, não há como mudar o curso dos trabalhos para que a gente possa controlar essa pandemia. Se os números de Minas chegassem pelo menos perto dos números de São Paulo aí, sim, talvez justificasse uma tomada de posição mais dramática, mais radical. Em Minas Gerais, é claro que os números estão aumentando. O Estado todo está nessa onda roxa, apesar de o Norte de Minas ter entrado quatro dias antes no decreto da zona roxa. O que a gente tem de fazer agora é esperar as ações do governo do Estado, as ações do governo federal, dos governos municipais, mas principalmente, meu caro Jean, o comportamento da população mineira, da população brasileira; que ela possa efetivamente contribuir para que a gente controle minimamente essa epidemia, essa pandemia, e nós possamos ter condições de poder implementar um plano mais ousado.

A única solução que nós temos de mediar é fazer com que haja uma diminuição da circulação do vírus. Nós estamos aqui enfrentando variantes novas. Acredito que, em Minas, já está circulando a cepa de Manaus, a variante de Manaus, que é mais contagiosa, que é mais agressiva, a que contamina até quem já foi contaminado. Prova disso é o meu irmão, que é médico. No dia 20 de fevereiro, quando nós dois fomos atender nossa mãe, que estava com a Covid, passando mal, lá na casa dela, para fazer uma hidratação e encaminhá-la para o hospital, nesse dia eu fui contaminado. Nesse dia, ele foi recontaminado. Houve uma reinfecção. Foi muito mais grave para ele. Estamos vivendo essa cepa diferente, essa variante que tem 60% a mais de transmissibilidade e letalidade. Nós precisamos ter a cabeça tranquila. Nós precisamos de ações do governo para que possamos, neste momento em que está quase tudo fechado, tomar essas decisões.

A primeira decisão que o governo federal tem de tomar e também o governo Zema, que, acho, vai pelo mesmo caminho, é atender a população mais vulnerável. As pessoas, como foi dito aqui, estão passando fome, não têm o que comer dentro da geladeira ou em cima das mesas, então talvez tenhamos que arrumar recursos ou adiantar um pouquinho desse recurso da Vale, que vai indenizar o Estado de Minas Gerais e o povo de Minas Gerais, para comprar comida. O Gabinete Militar do governo já sabe onde existem as vulnerabilidades para que possa encaminhar dezenas, centenas, milhares de cestas para a nossa população.

O governo de Minas tem que ter uma ação muito dura, muito eficaz com os nossos hospitais, e vou falar dos hospitais de Montes Claros. O governo de Minas tem que comprar a vacina. Os estados do Sul fizeram o consórcio do Sul do País, os do Nordeste fizeram o consórcio do Nordeste, assim como o Centro-Oeste e o Norte também estão caminhando para isso. Por outro lado, os quatro estados do Sudeste brasileiro são os estados de maior poder aquisitivo, são os estados que têm mais recursos tanto na parte hospitalar e na parte de atendimento quanto na parte financeira, e por isso temos que ter o consórcio do Sudeste e temos que comprar as nossas vacinas também.

Agora estamos vendo aí o esforço do governo federal, um esforço de última hora, mas que é válido também. Sobre essa mudança de ministros: sai Mandetta e entra Pazuello; sai Pazuello e entra Queiroga, eu não sei, mas isso aí são apenas tentativas de poder ter algum comando diferente; entretanto, na verdade, na verdade mesmo, as coisas vão continuar do mesmo jeito. Só através das vacinas é que vamos alcançar uma estabilidade duradoura e vamos alcançar uma forma de poder ajudar a população do País e a população de Minas Gerais. Então Minas Gerais tem que comprar as vacinas, sim.

Gostaria de fazer um apelo à Mesa, ao nosso ilustre presidente Agostinho Patrus, uma das pessoas mais sensíveis que conheço, uma pessoa presente, corajosa, que fala o que tem que falar no momento certo, não em seu nome e no da Assembleia, mas em nome do povo mineiro. Quanto a esses R\$80.000.000,00, Agostinho, que o Poder Legislativo devolveu ao governo do Estado, vamos acertar com o governo para que esse dinheiro seja utilizado na aquisição de mais vacinas, além de mais algum outro recurso da secretaria, recurso este que está sendo repassado pelo governo federal. Aliás, volto novamente à questão da Vale. Podemos tirar parte desses recursos da Vale e comprar as vacinas necessárias para que a gente vacine o povo mineiro. Essas vacinas não vão terminar agora, não, porque, ano que vem, vamos ter novas variantes, e outras vacinas dessas novas variantes serão acrescidas ao combate delas. Vamos ficar livres dessa pandemia só daqui a uma década, se Deus nos ajudar. Está aí o H1N1, e até hoje a gente recebe vacina contra esse vírus. Está aí o vírus da influenza. Serão 80 milhões de doses que o Butantan vai disponibilizar para a população brasileira.

É muito importante que o governo se foque, mas se foque mesmo, e deixe as águas correrem debaixo da ponte, deixe as pessoas que querem antecipar o processo eleitoral, o que é a maior covardia do mundo... Deixe que aconteça, no momento certo, o embate entre Lula, Bolsonaro ou qualquer um dos presidencialistas – por exemplo, o candidato do meu partido, o Ciro Gomes. Eu acho que, quando a pessoa liga a televisão e já começa a ver pesquisa de opinião pública, faltando mais de 1 ano e 10 meses para as eleições, deve ficar indignada. Ninguém quer saber se vota em fulano ou se vota em sicrano, não. Não é hora para isso. É hora de a gente desarmar os nossos ânimos e deixar essa picuinha, essa política porca, essa política partidária porca – feita em momento errado – para ser discutida lá na frente.

Vamos discutir a questão das vacinas, vamos discutir a questão do que fazer aqui, em Minas Gerais. E o governo Zema está absolutamente correto. Falam aí... Agora mesmo, ontem, eu ouvi, na grande mídia da Band, uma crítica contundente sobre a construção do centro de apoio dos leitos de retaguarda, que foram construídos aí, em Belo Horizonte, e que depois foram desativados. Eles não falam que foi doação, eles não falam que, naquele momento, não foram necessários. Eles não falam que esses leitos foram redistribuídos para todas as regiões de Minas Gerais. Nós tínhamos 10 mil leitos de retaguarda naquela ocasião e agora nós estamos chegando a 21 mil leitos, feitos pelo governo do Estado, pelo Exército, pelo governo federal, pelos prefeitos. Aqui, em Montes Claros mesmo, o prefeito Humberto Souto criou vários desses leitos, habilitando o Hospital Alpheu Quadros, fazendo mais uma UPA, contratando prontos-socorros e agora está querendo contratar mais leitos de CTI.

Então é isso que nós queremos. Nós queremos ações. Vamos deixar a política para depois, vamos deixar para que a gente possa discutir com ênfase, para que a gente possa discutir até com paixão as questões políticas no momento correto. Não agora. Não é hora para isso. É muito importante que a gente possa dar esse tempo. O governo do Estado mudou o secretário. O secretário Carlos Eduardo cometeu um erro, mas todos vão cometer, pois todos cometem, não só agora. Vejam aí os governos passados. Quantos erros foram cometidos? Foi criada a CPI, e ela vai cumprir o seu papel. Não estou pedindo para colocar pano quente na CPI dos Fura-Filas. Isso vai ser apurado. Nós temos aí grandes parlamentares, experientes parlamentares à frente dessa CPI, e eu sou inclusive membro suplente dessa comissão. Quero participar ativamente, quero dar a minha contribuição como médico, como um profissional da saúde que está vivendo tudo isso, que conhece profundamente esses percalços e essas dificuldades, mas não podemos deixar que essa CPI possa desviar o foco. Ela não pode ser aquela cortina de fumaça, para, através dela, combater um trabalho que está sendo feito pelo governo do Estado. Dentre as pessoas que foram vacinadas, muitas, sinceramente, precisariam, sim, ser vacinadas, e elas serão identificadas. Muitas outras foram convidadas: “Olha, está havendo vacinação na Secretaria de Saúde. Estão convocando todo mundo”. Essas pessoas que foram lá, que ficaram sabendo que havia uma vacinação, pessoas que fazem um trabalho fantástico na nossa secretaria há tantos e tantos anos... Isso tudo tem que ser relevado. Agora, vamos apurar, vamos tomar os caminhos legais da apuração, vamos fazer com que o nosso trabalho seja efetivamente valorizado, mas nós não podemos – e eu vou denunciar, eu não vou permitir – deixar que ações paralelas venham a atrapalhar o que está acontecendo de bom aqui no Estado de Minas Gerais.

Eu quero desejar ao secretário Fábio Baccheretti... Ele administrou grupo da Fhemig durante vários anos. É uma pessoa muito boa, um médico, uma pessoa consciente, calma, tranquila. Eu acho que ele vai dar conta, mas, se nós ajudarmos. Eu acho que ele pode fazer um bom trabalho, se tiver o apoio da classe política, o apoio da classe médica, o apoio da nossa população. Está nas suas mãos, meu caro Fábio, o grave dever de ajudar o nosso estado, de tirar Minas desse momento tão dramático, tão dolorido que nós estamos vivendo e fazer com que Minas possa encontrar novamente a estabilidade.

Eu quero, por último, presidente, falando um pouquinho sobre Montes Claros, dizer que eu estou aqui com dois ofícios que me foram encaminhados pela secretária Dulce, secretária municipal de Montes Claros, uma pessoa espetacular, competente, muito bem indicada pelo prefeito Humberto Souto. E ela me passa dois ofícios que são fundamentais.

No primeiro ofício, nós temos aqui os nossos hospitais que estão precisando de medicamentos – medicamentos, Dr. Jean, para serem utilizados nos CTIs. Nós estamos falando aqui de anestésicos; nós estamos falando aqui de bloqueadores neuromusculares, de Cetanil, Lidocaína, Morfina; nós estamos falando desses medicamentos, porque sem eles ninguém consegue fazer uma intubação. O senhor mesmo trabalha na ponta do sistema, já entubou dezenas, centenas de pacientes. Aqui em Montes Claros nós estamos correndo o risco de não ter medicamentos dentro de alguns dias. Conversei com o secretário, e ele ficou de disponibilizá-los. Eu espero que a secretária Dulce possa receber esses medicamentos por parte do governo do Estado ainda amanhã, ainda amanhã. Parece que o caminhão está aí em Belo Horizonte e deve trazer parte desses medicamentos que irão para a Santa Casa, para o Hospital das Clínicas, para o Hospital Aroldo Tourinho, para o HU, para o Dilson e para aqueles hospitais que promovem as intubações. Espero sinceramente que a gente possa ter essa vitória.

O outro ofício é também da secretária Dulce solicitando a contratação imediata, em caráter emergencial...

Sim, vou concluir. É para o HU, o Hospital Universitário, Dr. Jean, que tem uma ala muito grande e quer transformá-la, com leitos de retaguarda, mas para isso precisa da contratação de 10 fisioterapeutas, 12 enfermeiros e 46 atendentes de enfermagem. Já passei para o secretário. Diferentemente do Estado, que não faz aparecer os profissionais para ocupar as vagas que estão disponibilizadas aí em Belo Horizonte, aqui nós já temos os funcionários, e eles precisam ser contratados.

Eu queria agradecer muito esta oportunidade, pedir a Deus que nos abençoe, pedir a Deus que possa dar tranquilidade aos nossos governantes, aos nossos deputados e que possa proteger o nosso povo neste momento tão difícil que estamos vivendo e certamente estaremos vivendo até o final deste mês de março. Deus seja louvado! Que Deus possa abençoar o povo mineiro. Muito obrigado.

A deputada Ana Paula Siqueira – Obrigada, presidente; obrigada, equipe técnica da Casa que está permitindo esta conexão. Quero aqui cumprimentar todas as minhas colegas deputadas, todos os colegas deputados.

Estou ouvindo atentamente os pronunciamentos de hoje e quero manifestar toda a minha preocupação com esse lamentável avanço da pandemia no nosso Estado mas também no Brasil. Eu estava lendo hoje, pela manhã, um estudo que foi feito pela Rede Análise Covid-19 – inclusive coincide com os estudos feitos pela Fiocruz – e mostra que em alguns dias, no mês de abril, a previsão é aumentar o número de óbitos para 4 mil em 24 horas. Esse é um dado que causa muita preocupação. Isso sinaliza que ainda enfrentaremos dias muito difíceis com a pandemia.

Participei ontem de uma reunião virtual do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte e percebi a tamanha preocupação dos conselheiros e das conselheiras em relação ao número de leitos tanto do SUS quanto da rede privada. A gente está acompanhando a situação pelo Estado e já há algumas regiões sinalizando grande preocupação com a falta de oxigênio.

Quero aproveitar para mandar um abraço para a presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Carla Anunciata, que, com muita garra, com muito vigor, como a maioria de nós, mulheres, conduz esse conselho que é tão importante no Estado.

Quero registrar, colegas deputados e população mineira que nos acompanha, que o atraso na vacinação, a não aquisição das vacinas no momento certo foi uma política errada do governo federal, equivocada, irresponsável, porque está mais que comprovado que a única forma de efetivamente protegermos a vida da nossa população é com a vacinação. Então, o governo demonstrou total falta de empatia conosco, e agora estamos lamentavelmente colhendo esse fruto, que é o alto nível de contaminação e a perda de muitas vidas.

Hoje, inicia-se o trabalho da CPI. Quero manifestar o meu apoio. Assinei a CPI para que ela pudesse tramitar na Casa. Quero desejar aos colegas deputados e às colegas deputadas que compõem a comissão um bom trabalho e dizer que não faço e não desejo fazer uma caça às bruxas, mas lamentavelmente a gente vê que iniciamos com a possibilidade de 500 servidores, depois soubemos que eram 800 servidores, e hoje os jornais já estão anunciando que são mais de 1.800 servidores. Enfim, é um tremendo absurdo acontecido num momento tão dramático da nossa sociedade.

Outro estudo, colegas deputados, que eu queria compartilhar com vocês e que também me chama a atenção se refere às questões que perpassam a vacinação. É o estudo feito pela Agência Pública, que mostra que há mais pessoas brancas do que negras sendo vacinadas. Para cada dois brancos, na população branca vacinada, temos uma pessoa negra. Por que estou trazendo esse dado aqui hoje? É muito grave esse registro. Ele revela o racismo estrutural que a gente tanto debate, mas a população e as pessoas, muitas vezes, não acreditam que existe. Ele mostra uma tremenda diferença de acesso às políticas públicas e oportunidades para a nossa população e mostra também que a população negra tem menor expectativa de vida, porque nós estamos vacinando a faixa etária de maior idade.

No ano passado, aprovamos um projeto de lei aqui, na Assembleia Legislativa, a Lei nº 3.633, de autoria coletiva, puxado pela deputada Andréia de Jesus e assinado também por mim e pela deputada Leninha, que determinou a inclusão dos dados de raça e cor nos boletins médicos. Esse projeto tem como objetivo registrar os dados da saúde que dizem respeito à nossa população, à população a que pertencemos. Já existem estudos que mostram que a Covid é mais letal na população negra, porque também é a população que têm as maiores comorbidades e também é alvo dos maiores problemas sociais.

Esse estudo ainda mostra – estou com alguns dados aqui; estou selecionando alguns por conta do pouco tempo – que também há um equívoco quando se define o grupo da linha de frente da saúde. Ele não considera linha de frente, por exemplo, os terceirizados que trabalham na área da limpeza, que trabalham na portaria dos hospitais. Esses grupos são majoritariamente compostos por pessoas negras, que estão ali em contato direto, recebendo os doentes, recebendo contaminados e que são também sujeitos, expostos à contaminação.

Então, eu gostei muito desse estudo, estou me debruçando sobre isso para ver como a gente pode trabalhar essas diferenças. E fica evidente, escancarada a questão do racismo estrutural. Isso porque, entre os vacinados, quando a gente faz uma análise da população negra, nós identificamos que a maioria é de pessoas em situação de rua; e quando a gente faz a análise das pessoas brancas que foram vacinadas, a maioria é de médicos ou de bombeiros. Então, há aqui uma pincelada para a gente pensar em como precisamos de políticas públicas para fazer a superação desse racismo estrutural, que é tão grave e que fica escancarado nesses momentos.

Outra preocupação – e eu queria aqui trazer também um pouco da fala do deputado que me antecedeu – é a preocupação com os impactos sociais da pandemia. O governador disse que vai avaliar as medidas, e eu quero registrar que nós, deputadas e deputados, trabalhamos arduamente, no ano passado, apresentando inúmeros projetos de lei; conseguimos inclusive aprovar uma lei, a Lei nº 23.631, que traz as diversas diretrizes de enfrentamento à pandemia. Nela inclusive já há previsão de várias iniciativas que o governo deveria tomar para diminuir esses impactos – prevê, por exemplo, questões de assistência às crianças e aos adolescentes da rede pública estadual de ensino, uma série de situações. O governo tem que cumprir a legislação. Nós fizemos o nosso papel de nos debruçarmos, de discutirmos, de avaliarmos as melhores propostas. O governo agora precisa cumprir a lei – não é? Nós trabalhamos, e agora ele precisa cumpri-la.

Então, essa assistência precisa chegar para essa população, especialmente para a população mais vulnerável. Nós estamos falando aqui da garantia da sobrevivência dessas pessoas, da garantia da segurança alimentar, da garantia de uma higienização, que, sabemos, é um ponto importante para a prevenção. Estamos falando dos catadores e catadoras de resíduos sólidos e materiais recicláveis, de indígenas, de artesãos, do povo quilombola, das mães chefes de família, dos trabalhadores do transporte, enfim... Precisamos que o governo agilize o cumprimento.

Para terminar, presidente, ainda pensando nessa sensibilização dos impactos da pandemia e do desemprego, é muito importante aprovar um projeto de lei que está na Casa, que está aguardando análise do Plenário – é um projeto de minha autoria, o de número 1.636/2020 – e que prevê que as concessionárias operadoras de energia elétrica, de abastecimento de água e até de telefonia suspendam as cobranças por um período de 90 dias para dar a essas famílias um pouco mais de tranquilidade e segurança.

Então, eu quero trazer aqui essas ponderações. Eu considero todas muito importantes, reflexões inclusive profundas a fazermos.

Presidente, dia 20, sábado, nós comemoraremos o dia estadual dos cuidadores e das cuidadoras de idosos. Eu quero aqui registrar e manifestar meu reconhecimento e também minha admiração por esses profissionais, pelo seu bellissimo trabalho. Aprovamos também, aí na Assembleia, a Lei nº 23.791, que incentiva e valoriza a profissão das cuidadoras e dos cuidadores de idosos. Então, quero aproveitar a oportunidade aqui para saudar e cumprimentar todos e todas e reafirmar o nosso compromisso também na busca para que sejam incluídos no grupo prioritário de vacinação.

Muito obrigada, presidente; obrigada, Sr. Deputados e Sras. Deputadas, povo mineiro que nos acompanha nesta tarde.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado à 1ª Parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Votação de Requerimentos

O presidente – Requerimento nº 150/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Planejamento e Gestão e de Segurança Pública pedido de informações sobre o andamento das Representações nºs 00619475-1501-2018 e 00619476-1501-2018, protocoladas em 15/2/2018; 00659552-1501-2018 e 00659544-1501-2018, protocoladas em 14/4/2018; e 00749582-20150-2018, protocolada em 3/9/2018, relativas a denúncias de assédio moral apresentadas por servidores do Centro Socioeducativo de Unaí. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT).

O presidente – Votaram “sim” 22 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 377/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre quais empresas, entre as que possuem licenciamento ambiental no Estado, têm contrato com a empresa Tüv Süd para a prestação de serviços de certificação de segurança, notadamente as mineradoras que têm barragens de rejeitos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Leonídio Bouças (MDB) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 31 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 544/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações sobre a manifestação OF.DG/IEF/SISEMA nº 299/2013, emitida em novembro de 2013, detalhando se houve anuência para a fase de implantação do empreendimento da AVG Empreendimentos Minerários, referente ao Processo Administrativo nº00151/1987/015/2013, do Conselho Estadual de Política Ambiental. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – João Leite (PSDB) – Leonídio Bouças (MDB) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 31 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 720/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas na relação de escolas que ocupam imóveis alugados e o valor dos aluguéis pagos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da

Cunha (Novo) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – João Leite (PSDB) – Leonídio Bouças (MDB) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 33 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 720/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 782/2019, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os moldes em que foi realizado o contrato Minas Arena do Mineirão; sobre o envio de cópia de todos os procedimentos que culminaram com a celebração do contrato, inclusive cópia desse contrato; sobre o valor investido pelo Estado nas obras referentes ao contrato; e se o governo do Estado ainda direciona valores ao Mineirão e por quê. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocet (PCdoB) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – João Leite (PSDB) – Leonídio Bouças (MDB) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 29 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 782/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 819/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o montante de recursos dos últimos 10 anos, detalhados por mês, provenientes de impostos arrecadados pelo Estado com a Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro, localizada no Município de Montes Claros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocet (PCdoB) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Leonídio Bouças (MDB) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 29 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 930/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao presidente da MGS Serviços pedido de informações sobre a real situação da empresa, especificando o número de funcionários, sua lotação e remuneração

e natureza dos cargos ocupados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 30 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 930/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 4.638/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as ações desenvolvidas pelo Estado em relação à política de redução de danos executada pelos municípios mineiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 4.754/2020, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações desenvolvidas por essa secretaria para a prevenção, o tratamento e a reinserção social de usuários de drogas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 4.809/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais e ao comandante da 4ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais em Juiz de Fora pedido de informações sobre o Requerimento nº 1943/2019, enviado para análise e verificação de eventuais discrepâncias em relação à escala de serviço dos militares lotados no Copom da mencionada região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Leonídio Bouças (MDB) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Noraldino Júnior (PSC) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 32 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 6.799/2020, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a fase atual de execução do Convênio de Cooperação Técnico-Operacional nº 597/2018, celebrado entre a Setop (atual Seinfra), a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o DER-MG e a BHTrans, sobre a Resolução Conjunta de Governança Metropolitana 001/2018, que cria o Cartão Metropolitano de Gratuidade – CMG –, e sobre as perspectivas de implantação do bilhete eletrônico metropolitano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Leonídio Bouças (MDB) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 30 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 7.328/2021, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as obras de pavimentação do trecho da Rodovia MGC-262 que liga Caeté a Barão de Cocais, esclarecendo se os recursos para a conclusão dos serviços em questão foram incluídos na negociação com a Vale S.A. como compensação pelo rompimento de barragem em Brumadinho. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – João Leite (PSDB) – Marquinho Lemos (PT) – Noraldino Júnior (PSC) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 31 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 23, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 23/3/2021.). Levanta-se a reunião.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/3/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Manoel de Jesus da Silva, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares;

nomeando Marília Cândido Lopes, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doorgal Andrada.